

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 32 No. 2 2019 Edição Especial: Museu Nacional (Volume 1)

ARTIGO

OLHANDO PARA O PASSADO, PENSANDO O FUTURO: AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA ILHA DO GOVERNADOR, RIO DE JANEIRO

Marcos André Torres de Souza*, Angela Buarque**

RESUMO

O artigo apresenta a retomada das pesquisas arqueológicas desenvolvidas pelo Museu Nacional na Ilha do Governador, Rio de Janeiro. Seu ponto de partida são as investigações lá realizadas de forma pioneira por arqueólogos nas décadas de 1960 e 1970. Utilizando uma abordagem dialógica, pretendemos apresentar algumas reflexões acerca das pesquisas na região, ontem e hoje. Buscamos, ainda, ao fim deste texto, encaminhar outras reflexões que têm se colocado como necessárias e de interesse para o trabalho de reconstrução após o incêndio que afetou o Museu Nacional em 2018.

Palavras-chave: Arqueologia; Museu Nacional; Ilha do Governador.

*Professor adjunto do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-graduação em Arqueologia (PPGARq); pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Endereço: Quinta da Boa Vista s/n, S. Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ. E-mail: torresdesouza@yahoo.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0434-1673>.

** Pesquisadora colaboradora do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia. Endereço: Quinta da Boa Vista s/n, S. Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ. E-mail: bruarque.angela@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2412-3430>.

DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v32i2.719>

LOOKING TO THE PAST, THINKING ABOUT THE FUTURE: ARCHAEOLOGICAL RESEARCH ON ILHA DO GOVERNADOR, RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

This article presents the resuming of the archaeological research on Ilha do Governador, Rio de Janeiro, by Museu Nacional. It takes as starting point the pioneer work carried out by archaeologists in this region during the 60s and 70s. Through the adoption of a dialogical approach, we intend to present some thoughts about the research developed in this island. We also seek to offer some thoughts that are of interest for the reconstruction work carried out after the fire that affected the museum in 2018.

Keywords: Archaeology; Museu Nacional; Ilha do Governador.

MIRANDO HACIA EL PASADO, PENSANDO EL FUTURO: LAS INVESTIGACIONES ARQUEOLÓGICAS EN ILHA DO GOVERNADOR, RÍO DE JANEIRO

RESUMEN

El artículo presenta la reanudación de las investigaciones arqueológicas por el Museu Nacional en la Ilha do Governador, Rio de Janeiro. Su punto de partida es la investigación allí realizada de forma pionera por los arqueólogos durante los años 1960 y 1970. Utilizando un enfoque dialógico, pretendemos presentar algunas reflexiones acerca de las investigaciones desarrolladas en la región, ayer y hoy. Buscamos, al final de este texto, encaminar otras reflexiones, que se han colocado como necesarias y de interés para el trabajo de reconstrucción tras el incendio que afectó al Museu Nacional en 2018.

Palabras clave: Arqueología; Museu Nacional; Ilha do Governador.

INTRODUÇÃO

O incêndio que destruiu o Museu Nacional na noite de 2 de setembro de 2018 comprometeu uma infinidade de perdas que são heterogêneas e plurais. Embora compondo um robusto conjunto ligado à natureza, ao mundo e às pessoas, formava um enorme mosaico de memórias institucionais e científicas que colecionávamos com afeto, engajamento pessoal e conhecimento.

Nosso exercício neste artigo é apresentar um desses fragmentos de memória, comportado na grande coletividade e que se refere ao acervo arqueológico referente à Ilha do Governador, criado a partir das pesquisas realizadas por Maria da Conceição Beltrão, arqueóloga do Museu Nacional (Figura 1). A relação com esse acervo se estabeleceu alguns meses antes do incêndio, por meio de um novo projeto, denominado “Ilha do Governador”. Dado que essa pesquisa foi concebida a partir do grande potencial arqueológico expresso por essa coleção, consideramos o projeto desde o início como uma retomada das pesquisas aí desenvolvidas. Com essa relação em mente, nosso objetivo aqui é buscar uma construção comum sobre as pesquisas arqueológicas desenvolvidas na Ilha do Governador, envolvendo passado e futuro, e tendo como referência esses dois momentos.

Figura 1 - Maria da Conceição Beltrão realizando trabalhos de escavação arqueológica no Rio de Janeiro durante a década de 1960. Fonte: Beltrão (2014:154).



Após o incêndio, passamos à percepção de que seria necessário redobrar o zelo em relação aos nossos acervos e, em especial, os que estão ligados à região que escolhemos estudar. Consideramos como imperativa a necessidade de aproximar o diálogo com as pesquisas passadas, de modo não apenas a localizar a contribuição institucional do Museu, mas também, em um plano afetivo, buscar, frente ao desastre, novas formas de resistir e perpetuar. A par de um conhecimento muito recente – porém instrumental – acerca da experiência e das narrativas envolvendo desastres em diferentes regiões do

mundo (CONVERY *et al.*, 2014; GLOWCZEWSKI, 2015; REVET, 2018), perseveramos na nossa trajetória pós-evento em reativar potencialidades e reconstruir legados. Para isso, procuramos seguir o conselho de Erikson (2014:xx): para entender a verdadeira dimensão de um desastre – e para além do seu caráter episódico – precisamos deixá-lo se estabelecer e então intuir o que aconteceu antes e o que aconteceu – ou está acontecendo depois. É nesse sentido que visamos aqui um diálogo entre passado e futuro. Buscamos ainda, ao fim deste texto, apresentar algumas reflexões que entendemos como necessárias no momento atual da nossa vida institucional.

A ILHA DO GOVERNADOR: SUAS CARACTERÍSTICAS E HISTÓRIA

Do ponto de vista geográfico, a Ilha do Governador possui uma área de 41,4² km, conta com 15 bairros, 75.786 domicílios e uma população de 212.574 habitantes¹. Sua superfície é hoje bastante urbanizada. Não obstante, conta com áreas verdes bastante preservadas, na sua maioria parcialmente ocupadas por diferentes organizações das Forças Armadas brasileiras.

A Ilha do Governador envolve um contexto que, do ponto de vista da experiência humana, é bastante rico e diversificado. Sua ocupação foi iniciada com a presença de caçadores-coletores, responsáveis pela construção de sambaquis, montículos criados pelo acúmulo de restos alimentares e industriais e onde muitos mortos eram enterrados. No Rio de Janeiro, essas populações fixaram sua permanência entre cerca de 8.000 e 1.100 anos antes do presente (GASPAR, 1995).

Os ancestrais Tupi, que à época do contato, encontravam-se espalhados pela costa do Rio de Janeiro, chegaram à região há pelo menos 3.000 anos (SCHELL-YBERT *et al.*, 2008). Horticultores e ceramistas estabeleceram-se em grandes aldeias que, na região da Baía de Guanabara, estavam preferencialmente implantadas próximo de rios navegáveis, de matas e altitudes inferiores a 400 metros. Nessa mesma região, a ocupação foi especialmente densa e longa, estendendo-se até à chegada dos colonizadores europeus (DIAS JR., 1972; KNEIP *et al.*, 1980; DIAS JR., 1998; GASPAR *et al.*, 2007; BUARQUE, 2009b, 2010, 2011).

Nos momentos que antecederam o contato, há informações de que a Ilha do Governador era ocupada pelos índios Temiminó, pertencentes à família linguística Tupi-Guarani. Opunham-se aos Tamoios e Tupinambás, que ocupavam boa parte das terras compreendidas pelo litoral do Rio de Janeiro, Região dos Lagos, Baía de Guanabara e Baixada Fluminense, e que os denominavam “Maracajá”. Considerados amistosos aos portugueses, com eles trataram e estabeleceram relações pacíficas (GOMES, 2015: 8-9).

A ocupação histórica da Ilha do Governador foi possivelmente iniciada com os primeiros momentos de ocupação colonial no Brasil. Ela pode ter recebido uma feitoria em 1503, destinada à exploração de pau-brasil (FERNANDES, 2008). Nos anos seguintes, é possível, ainda, que tenha sido visitada por navegantes europeus. Em 1553, havia também notícias de jesuítas doutrinando os índios Maracajá na localidade (IPANEMA, 2013).

Um novo episódio de ocupação liga-se à tomada do Rio de Janeiro pelos franceses, ocorrida entre 1555 e 1565 (GOMES, 2015: 9). Durante esse período, a Ilha do Governador passou a ser ocupada pelos índios Tamoio, aliados dos franceses e que aí teriam estabelecido cinco aldeias (BELTRÃO & LARAIA, 1969: 209). Auxiliados pelos Temiminó, os portugueses retomariam a posse da Baía de Guanabara em 1565. Em consequência, os aldeamentos Tamoio existentes na ilha foram destruídos.

¹ Fonte: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/mostra_temas_ra.php?ra=Ilha%20do%20Governador&area=20, acesso em 6/5/2018.

Com a retomada, foi fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Poucos anos depois, foram concedidas doações de sesmarias, visando consolidar sua ocupação, muitas delas situadas na Ilha do Governador. Entre as primeiras posses, constava uma que pertencia ao governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, “o Velho”, que se constituiu em um dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar estabelecidos no Rio de Janeiro. Com o correr dos séculos 16 e 17, essas sesmarias seguiriam sendo expandidas. Com a consolidação da ocupação histórica nessa região, estabeleceu-se uma economia baseada na cana-de-açúcar, que era, nesse período, baseada na mão-de-obra indígena. Na sua porção oeste, se estabeleceu ainda um estaleiro voltado à construção de galeões (IPANEMA, 2013). Nos séculos 18 e 19, sua ocupação passou por um processo de expansão, motivada principalmente pela instalação de outros tipos de assentamento, destinados a abastecer o Rio de Janeiro com diferentes tipos de gêneros. A essa época, a mão-de-obra utilizada nas atividades produtivas passou a ser predominantemente a africana (IPANEMA, 2013: 95-102). No correr do século 19, e, ainda que a atividade agrícola fosse mantida, iniciou-se um incipiente processo de urbanização. Já em 1870, acusava mais de três mil habitantes. Com a entrada do século 20, o processo de urbanização se consolidou, ao passo que a agricultura perdeu totalmente sua importância (IPANEMA, 2013: 103-172).

AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS REALIZADAS NA ILHA DO GOVERNADOR

Desde pelo menos o século 19 os sítios arqueológicos existentes na Ilha do Governador vêm sendo notados por cronistas e naturalistas que passaram pelo Rio de Janeiro. As primeiras evidências relatadas referiram-se aos sambaquis (CUNHA, 1963: 9-10), que, à época, eram alvo de intensa controvérsia, focada na sua possível relação com um componente humano e cultural (PROUS, 1980: 13-15; LANGER, 2001; FERREIRA & NOELLI, 2007).

A partir da segunda metade do século 20, a ilha seria alvo de investigações científicas de caráter pioneiro. O primeiro pesquisador a notar de forma mais atenta os sítios arqueológicos existentes na região e voltar-se para o seu estudo foi Ernesto Cunha, professor de patologia dentária da Universidade Federal Fluminense e um dos pioneiros da paleopatologia no Brasil (SOUZA, 2011: 60). A partir de 1960, Cunha realizou uma série de estudos iniciais em um sítio localizado na ilha, tendo analisado a mandíbula de um indivíduo aparentemente associado a uma urna funerária e a um contexto que incluía material cerâmico com características Tupi (CUNHA, 1963: 147-153). Realizou também prospecções no sítio Antigo Aldeamento Tupi-Guarani, sempre em colaboração com arqueólogos (CUNHA, 1960).

Um dos colaboradores de Cunha foi Ondemar Dias Junior, fundador do Instituto de Arqueologia Brasileira, IAB. Embora esse instituto tenha consolidado suas pesquisas a partir de 1964, com a implementação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, PRONAPA (DIAS JR., 2014), suas atividades foram iniciadas anos antes. A fundação do instituto data de 1961, e apenas um ano depois ele iniciou trabalhos sistemáticos de levantamento e prospecção arqueológica no estado do Rio de Janeiro. Nesse momento, foram realizadas novas investigações na Ilha do Governador. Nos primeiros anos do PRONAPA, as pesquisas nessa região foram continuadas (DIAS JR., 1967)².

As pesquisas feitas pelo IAB se deram na localidade conhecida como “Engenho Velho” (DIAS JR. & PANACHUK, 2008), que se situava no mesmo ponto onde, muito possivelmente, foi estabelecido o engenho pertencente a Salvador Corrêa de Sá

² <http://arqueologia-iab.com.br/portfolios/category/1966>, acesso em 4/6/2019.

(IPANEMA, 2013: 83-84). Embora as pesquisas desenvolvidas pelo IAB tenham sido amplamente reportadas em publicações do PRONAPA, as referências a esse sítio são inexistentes. Ele aparece apenas indicado em um mapa. Segundo informa sua legenda, pertenceria à Fase Guaratiba, que, segundo Dias Jr. (1967: 94-96), estaria à época representada por quinze sítios cerâmicos, estando seis localizados no antigo estado da Guanabara. Um balanço realizado por Meggers e colaboradores (1969: 20) após o encerramento do segundo ano do PRONAPA, que traduz o estado da arte naquele momento, indicou que a Fase Guaratiba estaria vinculada à tradição Tupiguarani, subtradição Pintada. Essa subtradição, a mais antiga em todas as sequências regionais, seria caracterizada por fases em que a pintura vermelha e/ou preta sobre engobo branco empregado na cerâmica seria a técnica decorativa dominante. Uma datação inicial da Fase Guaratiba feita por C-14 apontou a data de 980 ± 100 B.P. Dias Junior e Panachuk (2008: 95) confirmaram as informações iniciais referentes à cronologia desses sítios. Segundo esses autores, as datações da Fase Guaratiba estariam entre as mais antigas da tradição Tupiguarani, situando-se entre 1650 e 800 B.P. O sítio do Engenho Velho teria, inclusive, a data mais antiga dessa fase, situada em torno do século nono da nossa era.

Com as pesquisas realizadas por Maria Beltrão, pesquisadora do Museu Nacional, os estudos arqueológicos na Ilha do Governador seriam intensificados (BELTRÃO & KNEIPP, 1967; BELTRÃO & LARAIA, 1969; BELTRÃO & FARIA, 1971a; BELTRÃO, 1972; BELTRÃO, 1973; BELTRÃO *et al.*, 1986; NEME & BELTRÃO, 1993; BELTRÃO, 2006, 2014). As pesquisas desenvolvidas por Beltrão foram também iniciadas em 1960, em uma colaboração com Cunha (1960). Existem informações bastante esparsas sobre esse trabalho, que teria sido feito em um sambaqui situado na porção nordeste da ilha, hoje ocupada por uma organização da Marinha do Brasil. Em uma síntese sobre a pré-história do Rio de Janeiro, Dias Jr. (1998: 407) assinalou que esse sítio “deve ter sido bastante extenso, ainda que pouco espesso”.

Pouco tempo depois, Beltrão criou um projeto visando a realização de pesquisa nessa e em outras localidades da Ilha do Governador, intitulado “Arqueologia do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro” (BELTRÃO & LARAIA, 1969: 204). Executado entre 1962 e 1973, passou, nos anos seguintes, a integrar um programa de pesquisa, voltado à investigação de sítios do Rio de Janeiro (BELTRÃO, 1973).

Beltrão iniciou sua trajetória na disciplina como estagiária do Departamento de Antropologia do Museu Nacional sob a supervisão de Luiz de Castro Faria, após se graduar em Geografia e História pela Faculdade Fluminense de Filosofia (BELTRÃO, 2009). A partir de 1961, passou a integrar o quadro permanente da instituição. Sua formação como arqueóloga deu-se na *Université Paris 1*, onde realizou um curso de especialização, e no Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, CEPA, criado em 1956 por José Loureiro Fernandes, com o objetivo de formar pesquisadores brasileiros em arqueologia e realizar investigações em nível regional (CHMYZ, 2009). Assim como muitos do seu tempo, Beltrão teve seu treinamento acadêmico moldado por grandes influenciadores da pesquisa arqueológica realizada em território nacional à época, como Wesley Hurt e o casal Joseph e Anette Laming Emperaire (BELTRÃO, 2009). Embora não tenha sido integrante do PRONAPA, acompanhou sua trajetória e foi claramente influenciada pelos seus pressupostos.

As investigações desenvolvidas por arqueólogos nas décadas de 1960 e 1970 na Ilha do Governador estavam nitidamente inseridas na atmosfera acadêmica da época, que tinha no histórico-culturalismo estadunidense a sua base epistêmica e na denominada escola francesa o aproveitamento de diversos princípios metodológicos (BARRETO, 1999). No que se refere às pesquisas desenvolvidas por Beltrão, um dos seus objetivos era “alcançar a caracterização cultural dos diferentes grupos através de seus complexos

culturais e de sua sucessão no tempo”. Buscou também “sincronizar os sítios localizados com aqueles identificados em outros pontos do país”. Pretendeu ainda reconhecer o “desenvolvimento cultural de cada um dos grupos pré-históricos presentes na área” (BELTRÃO, 1973: 36-37). Uma parte das suas pesquisas foi ainda voltada a identificar e separar os sítios vinculados ao tronco linguístico Tupi daqueles ligados a outros troncos e que lhes foram contemporâneos, meta que mais tarde seria perseguida por meio do “Projeto Tupi-Guarani” (BELTRÃO, 1973: 36-37). Nesse contexto, assim, tinha seus objetivos claramente fundados na arqueologia histórico-cultural, ainda que não explicitamente. Conforme bem notou Reis (2002), a teoria nunca deixou de acompanhar a arqueologia brasileira. O que muitas vezes faltou foi o seu desvelar, tornar explícito o que já existia. Voltaram-se eles, naquele momento, à identificação, caracterização e classificação de complexos culturais, à sistematização crono-espacial de sítios arqueológicos e à correlação entre complexos culturais e grupos linguísticos. Investiram ainda suas pesquisas com um componente neoevolucionista, possivelmente por influência de Meggers, uma das primeiras a aplicar seus princípios na disciplina (TRIGGER, 2006: 391).

Nas suas pesquisas na Ilha do Governador, Beltrão identificou um total de dez sítios arqueológicos, pertencentes a complexos culturais distintos e temporalmente distantes. Em um trabalho em coautoria (BELTRÃO & FARIA, 1971b: 120-122), propôs que eles estariam associados a quatro fases arqueológicas. A primeira seria a Fase Praia Grande (700-1000 A.D.). Caracterizada por aldeias enormes de formas circulares e bases arenosas, podendo atingir 600m de diâmetro, possuía localização em pontos próximos à água e na orla. Haveria nesses sítios reduzido uso de moluscos na alimentação, a cerâmica seria de pasta grosseira com muitas impurezas, não havendo seleção de antiplástico. Esses artefatos teriam decoração pintada e exuberante, traços vermelhos e pretos bem cheios e, ao contrário da cerâmica Tupi da época da conquista, não fixaria as tintas. Tinham decoração entalhada e cerâmica simples com presença de asas e orifícios além de queima com oxidação incompleta. Os sítios possuíam enterramentos em grandes urnas, sendo o sítio Aldeamento Tupi da Tropa de Reforço um “sítio tipo”.

A segunda seria a Fase Governador (1300-1500 A.D.), referente ao período que corresponde aos primeiros contatos e incluiria aldeamentos que podiam atingir 500 metros de diâmetro, localizados em pequenas elevações. A cerâmica estaria associada à grande quantidade de porcelana de Macau. Os sítios dessa fase apresentam grandes fossas culinárias recheadas com carapaças de moluscos e materiais indígenas e coloniais. O sítio Aldeia Tupi da Estação Rádio da Marinha seria um sítio tipo.

A terceira seria a Fase Pixunas (1500-1550 A.D.), referente à época posterior à chegada dos primeiros europeus. Teria material europeu desde a base do sítio, bem como cerâmica utilitária indígena de menores dimensões. O sítio Antigo Aldeamento Tupi-Guarani seria um sítio tipo.

A quarta seria a Fase Morro da Viúva (1550-1600 A.D.). Incluiria sítios com 200 metros de diâmetro. Associava-se à perda de quase todas as características culturais das fases anteriores. Teria cerâmicas predominantemente simples e ausência de cerâmica pintada, bem como a presença esporádica de decoração plástica, apresentando cerâmica histórica. O Sítio Arqueológico Morro da Viúva seria um sítio tipo.

Acerca das cronologias estabelecidas, não são mencionados nem nessa nem em outras publicações os meios pelos quais elas foram construídas e associadas a cada sítio. Notas anexadas às fichas de registro de sítio existentes no Arquivo Central do IPHAN (CNSA, consulta em 28/9/2017) mencionam que as cronologias de dois sítios (Aldeamento Tupi da Tropa de Reforço e Aldeia Tupi do Instituto de Pesquisas da

Marinha) foram obtidas por meio de datação relativa, o que nos leva a crer que esse foi, possivelmente, o critério empregado pela arqueóloga.

Alguns dos sítios pesquisados por Beltrão foram escavados, ainda que sejam poucas as informações disponíveis sobre essas investigações. O material deles recuperado integrava o acervo do Museu Nacional que foi afetado pelo incêndio. Em uma consulta feita de forma preliminar e prospectiva à sua reserva técnica, notamos que os artefatos eram provenientes de diferentes sítios da região e representavam diferentes momentos da ocupação regional. Fizemos na ocasião um registro fotográfico informal de algumas peças (Figuras 2 a 4).

Figura 2 - Cerâmica Tupi recuperada na Ilha do Governador. Prato de uso coletivo pintado [nhaen], oval. Fotografia: Marcos A. T. de Souza, 27/4/2017.



Figura 3 - Cerâmica Tupi recuperada na Ilha do Governador. Vasilha duplamente cambada. Fotografia: Marcos A. T. de Souza, 27/4/2017.



Figura 4 - Faianças portuguesas recuperadas na Aldeia Tupi Estação Rádio da Marinha, Ilha do Governador e datadas da primeira metade do século XVII.
Fotografia: Marcos A. T. de Souza, 16/8/2017.



Além das pesquisas desenvolvidas na Ilha do Governador até aqui mencionadas, outras tantas e de cunho mais recente foram também realizadas. Em 2002, a Ilha do Governador foi alvo de interesse da arqueóloga Andréa Cherfan, que cadastrou à época dois sítios históricos: Casarão da Bica e Serra Morena, ambos possivelmente ligados a contextos do século 19 (Arquivo Central do IPHAN, CNSA, consulta em 28/9/2017). Em 2015, foram realizadas também investigações onde se situa o Aeroporto do Galeão, desenvolvidas no âmbito do “Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico e

Cultural do Rio Galeão, Cidade do Rio de Janeiro”, coordenado por Maria Dulce Gaspar, do Museu Nacional/ UFRJ. Durante a execução desse projeto, foi identificado um sambaqui, denominado Sambaqui Galeão, que se encontrava bastante destruído em virtude das obras de construção do aeroporto na década de 1960 (GASPAR, 2015; ANDRADE *et al.*, 2018). Mais recentemente, foi feito ainda o registro de um sítio, denominado “Polidores da Ilha Seca”, pela pesquisadora Marcela Andrade. Composto por vários sulcos no formato de bacia, localiza-se na Ilha Seca, situada na parte sudeste da ilha (CNSA, Arquivo Central do IPHAN, consulta em 28/9/2017).

Pelo menos dois pontos acerca dos trabalhos realizados na ilha merecem ser observados. O primeiro diz respeito ao caráter pioneiro de algumas das pesquisas aí desenvolvidas. Essas investigações aconteceram no período que Prous (1980: 17-20) classificou como “formativo” da Arqueologia no país (1950-1965), que seria caracterizado pela formação de arqueólogos brasileiros dentro de uma orientação científica consistente e realização dos primeiros trabalhos sistemáticos de pesquisa. Notamos que na Ilha do Governador essa atividade foi realizada por Cunha, Dias Jr. e por Beltrão, em uma fase anterior ao PRONAPA, considerado um marco fundador da Arqueologia brasileira. Para o caso de Dias Jr., um dos mais conhecidos participantes do programa, sua atividade em momento anterior à sua implantação foi, inclusive, reconhecida por Meggers e Evans (1967: 3), seus coordenadores. Essas pesquisas, realizadas antes de 1964, possuem hoje relevância histórica para a arqueologia brasileira e, em especial, do Rio de Janeiro.

O segundo ponto sobre as pesquisas supracitadas diz respeito à diversidade dos sítios existentes na Ilha do Governador. Esse quadro aponta para uma evidente pluralidade e persistência temporal, que desejamos explorar em nossas investigações.

A ILHA DO GOVERNADOR REVISITADA

Em 2018 demos início à execução do “Projeto Ilha do Governador”. Formulado como uma retomada das pesquisas arqueológicas desenvolvidas pelo Museu Nacional na região, ele tem como objetivo primordial o estudo dos sítios arqueológicos localizados na ilha e em suas adjacências, de modo a que sejam esclarecidos processos ligados às práticas culturais e sociais dos seus ocupantes. Planejado como um projeto de longo-prazo, tem um escopo amplo, abrindo-se para a contribuição de colaboradores e estudantes em diferentes níveis de formação (SOUZA & BUARQUE, 2018).

Do ponto de vista conceitual, o projeto considera a Ilha do Governador como área focal de pesquisa. Todavia, relativiza ideias como a de que compartimentos geográficos que se constituem em ilhas permitem delimitar de maneira clara e *apriorística* formas particulares de relações humanas (RAINBIRD, 2007: 1-25). Nesse sentido, parte do entendimento de que esse espaço deve ser compreendido dentro de uma perspectiva mais ampla, não insular, a partir das suas associações. Entende também, levando em conta sobretudo a ampla diversidade de sítios arqueológicos existentes na região, que a paisagem da Ilha do Governador estava sujeita a formas particulares de construção social ao longo do tempo. Nossa percepção é que ela deve ser antes entendida como um local de espaços e temporalidades múltiplas, cujos limites e fronteiras devem ser definidos e entendidos contextualmente.

O projeto, ainda, se funda na perspectiva do tempo longo que, em certa medida, permite estabelecermos um diálogo com as abordagens anteriores, ainda que por meio de um viés inteiramente novo. As informações oferecidas por arqueólogos apontam para um quadro no nível local que entendemos como valioso, na medida em que podem permitir o entendimento da trajetória dos grupos que ocuparam a Ilha ao longo do tempo. Conforme notamos anteriormente, os sítios aí existentes cobrem fases associadas a, pelo menos, três momentos distintos, incluindo aqueles anteriores ao contato, de maior

amplitude, aqueles associados aos primeiros contatos e aqueles imediatamente posteriores a ele. Essa sucessão, que comporta diferenças relevantes, pode permitir revelar experiências humanas na longa duração e que inclui momentos decisivos nas trajetórias desses indivíduos e coletividades. Essa possibilidade abre-se, sobretudo, se temos em mente os grupos indígenas, cujas experiências são ainda muito mal compreendidas arqueologicamente nos períodos posteriores à colonização europeia (SOUZA, 2017).

A possibilidade de construção de uma história longa pode possibilitar um tipo de narrativa – ainda por ser construído na Arqueologia brasileira – que seja capaz de ultrapassar uma divisão que coloca em campos distintos a Arqueologia pré-histórica e a Arqueologia histórica. Conforme vêm sendo notado, essa divisão cria uma espécie de cisão que inviabiliza análises desses sujeitos de forma diacrônica ou no tempo longo (LIGHTFOOT, 1995; SCHEIBER & MITCHELL, 2010; LIEBMANN, 2012; SCHMIDT & MROZOWSKI, 2013a).

Em um esforço dedicado a superar os obstáculos metodológicos impostos por essa divisão, esse projeto fará uso de análises pluralistas que, conforme propostas por Lightfoot (1995), perseguem abordagens comparativas de contextos e sítios que cruzam os limites conceituais dos dois campos. Em função desse esforço, esse projeto tem como seus coordenadores especialistas nos dois campos de estudo. Além disso, serão perseguidas ações colaborativas e que incluam pesquisadores com diferentes especialidades, de modo a favorecer construções conjuntas sobre as experiências dos grupos que ocuparam a região em diferentes momentos no tempo.

Em uma coletânea recente, intitulada *The death of prehistory*, seus organizadores (SCHMIDT & MROZOWSKI, 2013b: 2, 24) propuseram como um substitutivo ao conceito de “Pré-história” o de “tempo profundo” (*deep time*), que, para eles, é propositalmente aberto e destituído de divisões que estabelecem uma trajetória inicial em oposição a uma história escrita. Essa concepção por nós seguida parte do entendimento que o tempo profundo não possui um início ou fim pré-determinado, estando aberto ao entendimento das mudanças quando as transformações de caráter social, estrutural ou das instituições ocorrerem em um determinado grupo. Segundo eles, se abraçarmos a ideia de que as ligações entre tempo profundo e história recente são inevitáveis, importantes e naturais, passamos para um domínio mais vibrante das narrativas sobre os povos indígenas.

Ainda que a perspectiva do tempo fosse também cara ao histórico-culturalismo, essa abordagem possui algumas diferenças essenciais. A abordagem adotada no projeto se fundamenta em alguns dos pontos levantados por Hodder (1987) em *Archaeology as Long-Term History* e que, em alguns aspectos, se nutre da perspectiva braudeliana (BRAUDEL, 1973). Nesse viés, a relação entre o episódico e a descrição total, ou entre o particular e o geral, é de crucial importância. Um ponto essencial na perspectiva de Hodder liga-se ao fato de que os esquemas mais amplos e de caráter estrutural são tidos como associados ao particular. Assim como na perspectiva proposta por Braudel, qualquer evento é considerado como parte das continuidades de longa-duração, que são tanto agregados de eventos passados quanto parte das estruturas que formam esses mesmos eventos. Tendo em vista esses aspectos, não interessa revelar processos como difusão ou rotas migratórias, mas sim identificar as estruturas de longa-duração subjacentes às práticas dos grupos que estão sendo estudados. Interessa, em especial, escrutinar as condições estruturais associadas ao crescimento, transformações, condições e percursos feitos por esses grupos.

Na metodologia proposta por Hodder, é considerado que qualquer evento particular está ligado a uma estrutura mais ampla, necessitando, por essa razão, ser

entendido de dentro para fora ou, em outros termos, nos seus sentidos, valores, esquemas organizacionais e meios simbólicos (HODDER, 1987: 2). Essa proposição associa-se à percepção de que existe uma relação entre agência humana e as estruturas ligadas às continuidades de longa-duração. Conforme vem sendo assinalado, o uso combinado desses dois conceitos – agência e estrutura – permite a integração de análises de processos em microescala (disposições e ações dos indivíduos) com aqueles em macroescala (princípios estruturantes da sociedade) (VARIEN & POTTER, 2008: 6). Partimos do entendimento de que, por um lado, as ações humanas se dão em um certo espaço que é influenciado por limitações e regras impostas pela sociedade e, por outro, que as ações humanas podem agir recursivamente no processo de reprodução social, tendo, desse modo, capacidade geradora, vindo a se constituir, assim, em uma força ativa na mudança (HODDER, 1987: 5-6; GIDDENS, 1989). É a partir dessa perspectiva, essencialmente dialética, que entendemos a relação entre esses processos.

Ao levar em conta os conceitos de agência e estrutura, consideramos algumas críticas e proposições derivadas da Arqueologia simétrica que, ao fugir dos binarismos que têm separado pessoas e coisas, vem buscando recolocar o lugar da materialidade nesse conjunto de relações. Aqui nos distanciamos em parte de Hodder (c.f. 1987: 7) e assumimos que agência e estrutura não se relacionam apenas ao voluntarismo das ações humanas, mas também à materialidade, cujas propriedades podem ter uma função estabilizadora na sociedade. Conforme pontuou Olsen (2010: 139-141), o que denominamos estrutura social é um produto de contínuas misturas e intercâmbios entre humanos e não humanos. No seu entendimento, para que estruturas possam ser estruturadas, ou instituições serem institucionalizadas, faz-se necessária a estabilização das práticas materiais. Sem isso, afirma, elas não existiriam.

Um aspecto que ainda torna a perspectiva do tempo aqui proposta distinta daquela empregada pela Arqueologia histórico-cultural diz respeito à ideia de transformação cultural. A noção de aculturação, amplamente empregada naquela corrente, não é por nós considerada, na medida em que, como estrutura conceitual, reitera ideias sobre a perda de modos de vida tradicionais e a adoção passiva de referenciais e valores europeus. Na Arqueologia histórico-cultural, a penetração de artefatos estranhos às culturas indígenas foi repetidamente usada de modo a indicar processos de assimilação e dissolução cultural progressiva (LIGHTFOOT, 1995: 206-207; RUBERTONE, 2000: 426-430). Contrapondo-se a essa visão, consideramos que as transformações experimentadas pelos grupos humanos podem ser melhor entendidas se for levado em conta que as situações de interação produziram entrelaçamentos, influências recíprocas e realidades híbridas, uma perspectiva que vem sendo perseguida com sucesso por diferentes autores (e.g. DEAGAN, 1996; VOSS, 2008; CIPOLLA, 2013).

A perspectiva do tempo por nós adotada considera, ainda, que as práticas culturais e sociais não desaparecem, ao contrário, transformam-se. O fato de que as culturas humanas estão sempre em movimento é válido para as culturas que viveram nas Américas antes do contato. Geralmente retratadas como tradicionais e estáticas, estavam, na verdade, sujeitas a mudanças contínuas e constantes (MITCHELL & SCHEIBER, 2010: 19). Assim, consideramos que os diferentes grupos que ocuparam a região estavam em constante transformação, inclusive nos momentos posteriores ao contato, quando diversos grupos foram implicados em movimentos diaspóricos e processos de etnogênese (DEAGAN, 1996; CIPOLLA, 2013; GOULD, 2013; LIEBMANN, 2013).

Também consideramos que noções primordialistas de etnicidade, que tendem a essencializar a ideia de grupo étnico, estabelecendo-os de forma normativa, fixa e estática (CIPOLLA, 2017: 5), podem não corresponder à realidade de muitos grupos indígenas do Brasil, que não se enquadram facilmente nos critérios taxonômicos estabelecidos pelo

ocidente para grupo étnico, o que inclui, por exemplo, o caso dos Tupi (PERRONE-MOISÉS & SZTUTMAN, 2010). Nesse sentido, privilegiaremos um tratamento que considera a etnicidade como portadora de qualidades dinâmicas, dialógicas e interativas (DIAZ-ANDREAU & LUCY, 2005: 2; CIPOLLA, 2017: 6). Vista mais como fenômeno social do que como sinal diacrítico de identificação, buscamos, dessa forma, entendimentos sobre os processos de transformação envolvidos com esses grupos.

Finalmente, do ponto de vista da interpretação pública, o projeto está comprometido com a melhor inserção das memórias ligadas aos grupos historicamente desprivilegiados ou excluídos – e em especial dos grupos indígenas – da nossa memória coletiva. No caso dos grupos indígenas, a necessidade de visibilizá-los como sujeitos no passado colonial tem se mostrado como absolutamente necessária, na medida em que, conforme pontuou Matthews (2007), o conceito de pré-história coloca a identidade indígena em outro campo discursivo, associado a tudo aquilo que diz respeito aos momentos anteriores ao contato e, dessa maneira, destacados da realidade colonial. Dessa forma, a ideia de pré-história, desenvolvida pela Arqueologia científica no século 19 que, nas suas bases europeias, fortemente impregnadas de conceitos ligados ao progresso, imperialismo e dominação política e social (TRIGGER, 1989: 73-109; GOODRUM, 2012; KEHOE, 2013), tende a negar covidade a esses indivíduos. Por essa razão, parece apenas razoável pensá-los como sujeitos históricos em contextos anteriores ao contato. Tendo isso em mente, pretendemos seguir a proposição de Silliman (2010: 29) de que nossos esforços devem ser no sentido de quebrar os silêncios que envolvem a experiência desses indivíduos, sobretudo nos momentos posteriores à colonização.

Embora ainda na sua fase preliminar, os trabalhos de campo do Projeto Ilha do Governador já foram iniciados. Na sua primeira fase, as pesquisas estão se concentrando na parte sudeste da Ilha, onde estão localizadas duas organizações da Marinha do Brasil: O Instituto de Pesquisas da Marinha e a Estação Rádio da Marinha, onde Beltrão identificou dois sítios arqueológicos. No momento, há atividades de levantamento arqueológico em curso nessa localidade, e esses sítios já foram localizados. A expectativa é que, ao longo dos trabalhos nessa e em outras partes da ilha, outros sítios pesquisados por arqueólogos nas décadas de 1960 e 1970 sejam localizados e outros tantos descobertos.

Por meio das bases teórico-metodológicas adotadas no projeto Ilha do Governador e, em especial, aquelas referentes à perspectiva do tempo, buscamos uma base epistemológica distinta daquela que orientou a prática histórico-cultural. Não buscamos nas nossas pesquisas encaminhar discussões acerca das fases, tradições e rotas migratórias associadas aos grupos humanos que estamos estudando. Todavia entendemos que existem convergências possíveis. Consideramos que, embora estejamos retomando pesquisas que foram realizadas há quase cinquenta anos, compartilhamos com os arqueólogos daquele tempo um interesse comum: o de dar a conhecer experiências humanas pretéritas por intermédio da Arqueologia. Portanto, nesse nível mais fundamental, ela não pode nos ser estranha. Entendemos ainda que o amplo espectro temporal da ocupação humana na região abre-se para releituras e diálogos, sobretudo porque também nos interessam as experiências passadas no tempo longo.

Em outro nível, esse diálogo permite uma articulação com a produção de uma das coordenadoras do projeto Ilha do Governador, Angela Buarque, que tem uma longa trajetória de estudos no Complexo Lagunar de Araruama, região com intensa e longa ocupação de grupos Tupi (BUARQUE, 2009a). Vestígios associados sobretudo com as fases imediatamente anteriores e posteriores ao contato que podem servir a abordagens comparativas são registrados no sítio Serrano, que tem fortes evidências dos primeiros contatos com os franceses pela grande quantidade de quinquilharias, metal, vidro e

miçangas que serviram ao escambo do pau-brasil e se mesclavam ao material nativo, sem que fossem percebidas mudanças nas práticas sociais e culturais (Buarque & Cordeiro, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da nossa experiência pós-evento, algumas reflexões ligadas ao projeto Ilha do Governador têm se mostrado necessárias, e as apresentamos aqui como considerações finais. Conforme percebemos, para além das questões teóricas e conceituais que abrem possibilidades para diálogos entre posições não coincidentes, existem outras que, por sua vez, estão ligadas a questões de compatibilidade, estandardização e comparabilidade na pesquisa arqueológica (WITMORE, 2009). Nosso entendimento a esse respeito provém fundamentalmente dos debates desenvolvidos por Latour (2001: 39-96) acerca da referência circulante, que envolve processos de translação capazes de garantir a coerência e a continuidade dos dados em relação ao mundo real. Em outras palavras, lhes garante uma relativa universalidade e compatibilidade. Essa qualidade seria produzida por meio dos inúmeros recursos de coleta de dados e documentação em uma pesquisa, tais como diários de campo, sistemas de catalogação etc.

O que despertou nosso interesse pela Ilha do Governador e nos fez investir esforços consideráveis para realizar novas investigações na região foi o seu grande potencial, revelado por pesquisas passadas. Ainda que pouco copiosas, as coleções produzidas nessas pesquisas nos permitiram retrair percursos e adquirir conhecimentos sobre os sítios e contextos da região, fornecendo subsídios fundamentais para o delineamento do nosso projeto. Por meio dos seus registros, compatíveis e estandardizados dentro de parâmetros fundamentais da disciplina, foi possível conhecer preliminarmente a área do ponto de vista da Arqueologia e abordá-la tendo como pano de fundo novas e distintas aspirações.

Acreditamos que questões envolvendo compatibilidade, estandardização e comparabilidade exigem nossa atenção neste momento, uma vez que o incêndio ocorrido no Museu Nacional comprometeu não apenas artefatos e coleções, mas também cadernos de campo, croquis, fotografias, mapas etc. Perdeu-se uma vasta gama de informações, abstrações do mundo real que viabilizavam a reconstituição científica de realidades passadas. No Projeto Ilha do Governador havíamos, felizmente, feito o registro de muitos dos dados produzidos por Beltrão: tínhamos reproduzido digitalmente o seu material documental referente a essa região e fotografado parte do acervo por ela gerado, mas ainda assim não deixamos de sentir a perda. Pretendíamos analisar os artefatos produzidos na sua pesquisa, o que provavelmente não poderá mais ser feito. Lamentamos, como muitos colegas, a perda de dados primários rastreáveis, indispensáveis para a reconstrução científica. Diante desse sentimento, a pergunta que colocamos – e que acreditamos ser ainda mais grave em outras situações ligadas aos acervos do Museu perdidos no incêndio – é como, em tal contexto, estabeleceremos novas conexões ou rastreamos percursos perdidos. Essa é uma pergunta que diz respeito não apenas aos artefatos arqueológicos que desapareceram, mas ainda àqueles que estão sendo, neste momento, recuperados nos trabalhos de resgate e que não devem ser tratados apenas como “reliquias”, mas também como fontes de informação acerca dos seus produtores e usuários originais. Isso exigirá de todos os envolvidos respostas criativas e novos instrumentais metodológicos. Em nossa experiência no Projeto Ilha do Governador, temos considerado que podemos usar expertise e bagagem acerca das coleções existentes no Museu de modo a funcionarmos como mediadores, identificando conexões por meio da confrontação de diferentes fontes e, assim, restaurar referências e identificar contextos possíveis sobretudo por meio de um olhar atento e especializado.

De todo modo, entendemos que tratar os artefatos afetados pelo incêndio dentro de outra conjuntura e regime de memória não implica que eles deverão ser desprezados como fonte.

Uma outra questão que se apresentou a nós pesquisadores do projeto, igualmente importante, liga-se ao que pontuamos no início deste texto, que diz respeito ao nosso engajamento com os artefatos e coleções referentes à Ilha do Governador. Ao identificarmos a necessidade de zelar pelo acervo referente a essa região, uma nova e imprevista atribuição tem se mostrado como indispensável para os objetivos do nosso projeto: a de contribuir para a recomposição do acervo do Museu Nacional. Entendemos aqui o termo recomposição não no sentido de substituir algo perdido. Todo e qualquer artefato arqueológico constitui-se em um recurso cultural não renovável, portanto, insubstituível. Entendemos recompor dentro de outros sentidos: no de se estabelecer como um ato de resistência e superação, no de reestabelecer um referencial de memória relevante para o conhecimento científico e no de permitir reconstruções acerca da nossa própria identidade.

A memória traumática, como tantas outras, tem história. Ela tem passado e presente (MENESES, 2018). Entendemos que deve ser parte das nossas atribuições atuais, como pesquisadores do Museu Nacional, e dentro dos nossos projetos individuais, contribuir para que tais elos sejam construídos e recompostos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Cilcair; GASPAR, Maria Dulce; BIANCHINI, Gina & SABA, Ana G., 2018. Arqueologia na Ilha do Governador. Cadernos de Arqueologia Brasileira.
- BARRETO, Cristiana. 1999. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento*, 3: 201-212.
- BELTRÃO, Maria C. M. C., 1972. *Os Tupinambá no Rio de Janeiro*. Brasília, Gráfica Alvorada.
- BELTRÃO, Maria C. M. C., 2006. Arqueologia histórica: a primeira feitoria do Brasil. *Canindé*, 8: 123-137.
- BELTRÃO, Maria C. M. C., 2014. *Pré-História do Rio de Janeiro*. 2a edição. Rio de Janeiro, MusAbsurda.
- BELTRÃO, Maria C. M. C. & FARIA, Edna G.. 1971a. Acampamentos Tupi-Guarani para coleta de moluscos. *Separata da Revista do Museu Paulista, Nova Série*, 19: 97-135.
- BELTRÃO, Maria C. M. C. & LARAIA, Roque B.. 1969. O método arqueológico e a interpretação etnológica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 17: 203-217.
- BELTRÃO, Maria da C. de M. C., 1973. A pesquisa arqueológica nos estados do Rio de Janeiro e Guanabara. *Dédalo*, 17/18: 33-39.
- BELTRÃO, Maria da C. de M. C., 2009. Maria Beltrão. In: DOMINGUEZ, L. et al (Ed.), *Desafios da Arqueologia: depoimentos*. Erechim, Habilis, pp.49-59.
- BELTRÃO, Maria da C. de M. C.; DORIA, Francisco A. M. A. & DORIA, Margareth R. P. A.. 1986. A cerâmica pré-histórica brasileira: os tupis-guaranis e a estratégia de ocupação do território. 30° Encontro Brasileiro de Cerâmica, Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Cerâmica. p.14-19.
- BELTRÃO, Maria da C. de M. C. & FARIA, Edna G., 1971b. Acampamentos Tupi-Guarani para coleta de moluscos. *Separata da Revista do Museu Paulista, Nova Série*, 19: 97-135.
- BELTRÃO, Maria da C. de M. C. & KNEIPP, Lina. 1967. Arqueologia e geomorfologia: tentativa de abordagem interdisciplinar. *Boletim Carioca de Geografia*, 18: 1-16.
- BRAUDEL, Fernand. 1973. *The Mediterranean and the Mediterranean world in the age of Philip II*. New York, Harpers & Row.
- BUARQUE, Angela. 2009a. Étude de l'occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l'État de Rio de Janeiro, Brasil. *Tese de doutorado*. Université Paris I, Panthéon-Sorbonne, Paris.
- BUARQUE, Angela. 2009b. Pesquisas arqueológicas nos sítios Tupinambá em Araruama. In: OLIVEIRA, A. d. P. L. (Ed.), *Estado da Arte das pesquisas Arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani*. Juiz de Fora, MG, Universidade Federal de Juiz de Fora, pp.37-63.
- BUARQUE, Angela. 2010. As estruturas funerárias das Aldeias Tupinambá de Araruama. In: PROUS, A. & LIMA, T. A. (Ed.), *Os Ceramistas Tupiguarani*. Belo Horizonte, IPHAN, pp.149-172.
- BUARQUE, Angela. 2011. Tupiguarani no Rio de Janeiro, uma intensa e longa permanência. In: CORDEIRO, J. (Ed.), *Arqueologia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Laboratório de Arqueologia Brasileira, pp.60-87.
- BUARQUE, Angela & CORDEIRO, Jeanne. 2003. O sítio Serrano: franceses e tupinambás desconheciam o testamento de Adão. XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, São Paulo. All Print.
- CHMYZ, Igor. 2009. As comemorações do cinquentenário do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná - CEPA/UFPR (1956-2006). *Revista do CEPA*, 4: 1-30.

- CIPOLLA, Craig N., 2013. *Becoming Brothertown : Native American ethnogenesis and endurance in the modern world*.
- CIPOLLA, Craig N., 2017. *Native American Diaspora and Ethnogenesis*: 1-23 pp.
- CONVERY, Ian & CORSANE, Gerard & DAVIS, Peter. 2014. *Displaced heritage: responses to disaster, trauma and loss*. Woodbridge, The Boydell Press.
- CUNHA, Ernesto Salles. 1960. Afecções alvéolo-dentárias em mandíbulas de aborígenes da Ilha do Governador (Guanabara). *Revista do sindicato de Odontologia do Rio de Janeiro*, 6(7): 13-18.
- CUNHA, Ernesto Salles. 1963. *Sambaquis e outras jazidas arqueológicas*. Rio de Janeiro, Editora Científica.
- DEAGAN, Kathleen. 1996. Colonial transformation: Euro-American cultural genesis in the early Spanish-American colonies. *Journal of Field Archaeology*, 52(2): 135-160.
- DIAS JR., Ondemar. 1967. Notas prévias sobre pesquisas arqueológicas nos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 6: 89-101.
- DIAS JR., Ondemar. 1972. Síntese da pré-história do Rio de Janeiro. *Revista de História*, 1: 3-21.
- DIAS JR., Ondemar. 1998. O índio no Recôncavo da Guanabara. *Revista do IHGB*, 159(399): 353-641.
- DIAS JR., Ondemar. 2014. Uma história da Arqueologia brasileira contada por quem a viveu. *Instituto de Arqueologia Brasileira, Série História da Arqueologia*, pp.1-10.
- DIAS JR., Ondemar & PANACHUK, Lilian. 2008. Caracterização da tradição Tupiguarani no sudeste do Brasil. In: PROUS, A. & LIMA, T. A. (Ed.), *Os ceramistas Tupiguarani*. Belo Horizonte, Sigma, v.1, pp.91-116.
- DIAZ-ANDREAU, Margarita & LUCY, Sam. 2005. Introduction. In: DIAZ-ANDREAU, M., et al (Ed.), *Archaeology of identity : approaches to gender, age, status, ethnicity and religion*. Oxon, Routledge, pp.1-13.
- ERIKSON, Kai. 2014. Preface. In: CONVERY, I.; CORSANE, G. & DAVIS, P. (Ed.), *Displaced heritage: responses to disaster, trauma and loss*. Woodbridge, The Boydell Press, pp.xvii-xx.
- FERNANDES, Fernando Lourenço. 2008. A Feitoria Portuguesa do Rio de Janeiro. *História*, 27(1): 155-194.
- FERREIRA, Lúcio M. & NOELLI, Francisco S., 2007. Richard Francis Burton, os sambaquis e a Arqueologia no Brasil Imperial. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 17: 149-168.
- GASPAR, Maria Dulce. 1995. Parâmetros demográficos para a ocupação pré-histórica dos pescadores, coletores e caçadores. In: BELTRÃO, M. C. M. C. (Ed.), *Arqueologia do estado do Rio de Janeiro*. Niterói, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, pp.35-42.
- GASPAR, Maria Dulce. 2015; Levantamento arqueológico e etno-histórico para o programa de resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural do Rio Galeão. Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- GASPAR, Maria Dulce, CORDEIRO, Jeanne & ESCÓRCIO, Eliana. 2007. Tratamento dos Mortos entre os Sambaquieiros, Tupinambá e Goitacá que ocuparam a Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 17: 169-189.
- GIDDENS, Antony. 1989. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- GLOWCZEWSKI, Barbara. 2015. Resisting the disaster: between exhaustion and creation. *Spheres*, 2: 1-19.
- GOMES, Fabricio A. S.. 2015. Maracajás na Ilha de Paranepecu: os Temiminós e sua importância nas comemorações dos 450 anos do Rio de Janeiro. *Terci*, 5(2): 8-14.

- GOODRUM, Matthew R., 2012. The Idea of Human Prehistory: the Natural Sciences, the Human Sciences, and the Problem of Human Origins in Victorian Britain. *History and Philosophy of the Life Sciences*, 34: 117-146.
- GOULD, D. Rae. 2013. Cultural practice and authenticity: the search for real Indians in New England in the 'historical' period. In: SCHMIDT, P. & MROZOWSKI, S. A. (Ed.), *The death of prehistory*. Oxford, Oxford University Press, pp.241-266.
- HODDER, Ian. 1987. The contribution of the long term. In: HODDER, I. (Ed.), *Archaeology as long-term history*. Cambridge, Cambridge University Press, pp.1-8.
- IPANEMA, Cybelle de. 2013. *História da Ilha do Governador*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Mauad X.
- KEHOE, Alice B.. 2013. Prehistory's history. In: SCHMIDT, P. & MROZOWSKI, S. A. (Ed.), *The death of prehistory*. Oxford, Oxford University Press, pp.31-46.
- KNEIP, Lina; MONTEIRO, Antonio M. & SEYFERTH, Giralda. 1980. A Aldeia Pré-histórica de Três Vendas. Araruama, Estado do Rio de Janeiro. *Revista do Museu Paulista, Nova Série*, 27: 283-337.
- LANGER, Johnni. 2001. Os sambaquis e o Império: escavações, teorias e polêmicas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 11: 35-53.
- LATOUR, Bruno. 2001. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, EDUSC.
- LIEBMANN, Matthew. 2012. The rest is history: devaluing the recent past in the archaeology of the Pueblo Southwest. In: OLAND, M.; HART, S. M. & FRINK, L. (Ed.), *Decolonizing Indigenous Histories*. Tucson, The University of Arizona Press, pp.19-44.
- LIEBMANN, Matthew. 2013. *Parsing Hybridity: Archaeologies of Amalgamation in Seventeenth-Century New Mexico*. Carbondale, Southern Illinois University Press.
- LIGHTFOOT, Kent. 1995. Culture contact studies: redefining the relationship between Prehistoric and Historical Archaeology. *American Antiquity*, 60(2): 199-217.
- MATTHEWS, Christopher N., 2007. History to prehistory: an archaeology of being Indian. *Archaeologies*, 3(3): 271-295.
- MEGGERS, Betty, et al. 1969. Arqueologia Brasileira em 1968. *Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 12: 3-40.
- MEGGERS, Betty & EVANS, Clifford. 1967. Preface. *Boletim do IAB*, 5: 2-3.
- MENESES, Ulpiano T. de B., 2018. *Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática*. São Paulo, SISEM: 1-16 pp.
- MITCHELL, Mark D. & SCHEIBER, Laura L., 2010. Crossing divides: archaeology as long-term history. In: SCHEIBER, L. L. & MITCHELL, M. D. (Ed.), *Across a great divide: continuity and change in native north american societies (1400-1900)*. Tucson, The University of Arizona Press, pp.1-22.
- NEME, Salete & BELTRÃO, Maria da C. M. C.. 1993. Tupinambá, franceses e portugueses no Rio de Janeiro durante o século XV. *Revista de Arqueologia*, 7: 133-151.
- OLSEN, Bjørnar. 2010. *In defense of things : archaeology and the ontology of objects*. Lanham, AltaMira Press.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz & SZTUTMAN, Renato. 2010. Notícias de uma certa conferederação Tamoio. *Maná*, 16(2): 401-433.
- PROUS, André. 1980. História da pesquisa e da bibliografia arqueológica no Brasil. *Arquivos do Museu de História Natural*, 4-5: 11-24.
- RAINBIRD, Paul. 2007. *The archaeology of islands*. Cambridge, New York, Cambridge University Press.

- REIS, José A. dos. 2002. Prolegômenos sobre teoria na Arqueologia. *Diálogos*, 6: 173-186.
- RENET, Sandrine. 2018. Contar e narrar os desastres. *Lumina*, 12(2): 5-18.
- RUBERTONE, Patricia. 2000. The Historical Archaeology of Native Americans. *Annual Review of Anthropology*, 29: 425-446.
- SCHEIBER, Laura L. & MITCHELL, Mark D., 2010. *Across a great divide : continuity and change in native North American societies, 1400-1900*. Tucson, University of Arizona Press.
- SCHELL-YBERT, Rita; MACARIO, Kita; BUARQUE, Angela; MEIGIKOS, Roberto & BEAUCLAIR, Mariana. 2008. A new age to an old site: the earliest Tupiguarani settlement in Rio de Janeiro State. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 80(4): 763-770.
- SCHMIDT, Peter R. & MROZOWSKI, Stephen A., 2013a. *The death of prehistory*. Oxford, Oxford University Press.
- SCHMIDT, Peter R. & MROZOWSKI, Stephen A., 2013b. The death of prehistory: reforming the past, looking to the future. In: SCHMIDT, P. & MROZOWSKI, S. A. (Ed.), *The death of prehistory*. Oxford, Oxford University Press, pp.1-30.
- SILLIMAN, Stephen W., 2010. Indigenous traces in colonial spaces. *Journal of Social Archaeology*, 10(1): 28-58.
- SOUZA, Marcos André T. de. 2017. A Arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. *Revista de Arqueologia*, 30(2): 144-153.
- SOUZA, Marcos André T. de & BUARQUE, Angela. 2018; Projeto Ilha do Governador. Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- SOUZA, Sheila M. de. 2011. A Paleopatologia no Brasil: crânios, parasitos e doenças do passado. In: FERREIRA, L. F.; REINHARD, K. J. & ARAÚJO, A. (Ed.), *Fundamentos da Paleoparasitologia*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, pp.53-68.
- TRIGGER, Bruce G., 1989. *A history of archaeological thought*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TRIGGER, Bruce G., 2006. *A history of archaeological thought*. 2ª edição. Cambridge, U.K., Cambridge University Press.
- VARIEN, Mark D. & POTTER, James M., 2008. The Social Production of Communities. In: VARIEN, M. D. & POTTER, J. M. (Ed.), *The Social Construction of Communities*. Lanham, Md., Altamira Press, pp.1-18.
- VOSS, Barbara L., 2008. *The archaeology of ethnogenesis : race and sexuality in colonial San Francisco*. Berkeley, University of California Press.
- WITMORE, Christopher L., 2009. Prolegomena to open pasts: on archaeological memory practice. *Archaeologies*, 5(3): 511-545.